

GÊNERO E ESCOLA: O QUE PROFESSORAS(ES) APRONTARAM NOS ENSINOS FUNDAMENTAIS E MÉDIO ENTRE 2003 A 2014*

Arthur Silva de Andrade ¹
Lucia Talita Santos de Lima ²
Renato Maciel dos Santos ³
Tuany Lorena Ferreira ⁴
Anna Karina Gonçalves Xavier ⁵

Por volta da década de 70/80, o Brasil começou a se transformar politicamente devido a redemocratização do estado brasileiro. As diferentes mulheres que estiveram unidas, cujo processo foi iniciado ainda na década de 1970, durante o regime militar, muitas delas saíram às ruas na campanha pela anistia, contra a violência, contra a carestia. Na década seguinte, em 1980, pelas eleições diretas, culminando com a eleição de algumas dessas mulheres para a Assembleia Legislativa. Não foi muito expressivo o número de eleitas, apenas 5%, mas, o efeito pedagógico do processo foi positivo, pois, além de visibilizar os problemas das mulheres, foram congregados na Constituição de 1988, temas importantes para a vida das brasileiras, além da igualdade de direitos entre mulheres e homens (BRABO, 2008). E, desde então, o movimento feminista galgou espaços nunca antes alcançados na história nacional. Neste cenário, sobre a caminhada histórica de luta do movimento feminista brasileiro, a favor dos direitos das mulheres, podemos ressaltar que houve conquistas, e dentre elas, a evolução das leis e mudanças nos costumes.

No entanto, pode-se ainda afirmar que algumas situações denunciadas pelas feministas naquela época, ainda estão presentes no Brasil, como: a violência, tanto na vida privada como pública, a diferença salarial, as jornadas dupla de trabalho (incluindo o trabalho doméstico), e ainda estão para se resolver a questão dos direitos reprodutivos e direitos sexuais, além do gênero ser uma questão quase invisível para educadoras e educadores.

As políticas públicas abarcam várias áreas e implantam-se como ferramenta ideológica de governo e materialização de ações, trazendo consigo algum cunho político, social e/ou político, após delineadas e formuladas, podem constituírem-se em “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2006, p. 34).

O governo constrói as políticas, e sua reavaliação deve ser constante, cujo objetivo de avaliar acerca de suas metas e efetivação junto ao público destinado. Pensando na política pública como estratégia de governo, para resolver algum problema da população, indagamos, como o Estado Brasileiro tem pensado as políticas públicas educacionais para igualdade de gênero e diversidades?

¹ Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio - PE, arthurpsique@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio - PE, talitasantosdlima@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio - PE, renatopsimaciel@gmail.com;

⁴ Graduanda pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário Estácio - PE, tuanylferreira@gmail.com;

⁵ Professora Dra Anna Karina Gonçalves Xavier do Centro Universitário Estácio - PE, akpsicologia@gmail.com

*Resumo Expandido proveniente de Projeto de Pesquisa - PIBIC - Centro Universitário Estácio do Recife

Já na década de 90, documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), legitimaram a necessidade de se trabalhar as questões de gênero em todos os níveis de ensino, fundamental I, fundamental II e médio. A presença dos temas transversais como gênero e raça em documentos como os PCN's deve-se a presença maciça do movimento feminista no processo de redemocratização do país. Neste documento destaca-se, as relações de gênero como referências fundamentais para a constituição da identidade/subjetividade de crianças e jovens e são coerentes com os fundamentos e princípios da Constituição Federal, na medida que trazem como espinha dorsal da educação o exercício da cidadania e apresentam a inclusão de temas da vida cidadã, objetivando destacar a importância da “dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a corresponsabilidade pela vida social” (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p.96).

Esse documento representa um significativo avanço em relação à adoção de uma perspectiva de gênero. Especialmente sobre o fomento das discussões sobre as temáticas de gênero, os PCN's objetivam:

[...] o combate a relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação, incentivando, nas relações escolares, a diversidade de comportamento de homens e mulheres, a relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e feminino, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino. (BRASIL, 1997, p.144).

Entretanto, a questão de gênero se perdeu depois de ter sido incluída no currículo das escolas, mesmo depois dos debates dos anos de 1980, os temas transversais incluídos nos parâmetros curriculares nacionais, incluído gênero foram recebidos com muita resistência na década mencionada e ainda hoje é questão polêmica. Embora tudo o que foi feito não garantia mudanças, esperava-se que ao vivenciar a democracia e assimilar os valores de igualdade, de liberdade, de direitos, nossos meninos e meninas passariam a se ver como sujeitos de direitos e compreenderiam o seu papel de cidadão e cidadã, questão essencial para a consolidação da democracia.

Conforme Blay (1988), o movimento das mulheres brasileiras construiu uma ação política contra as decisões do poder. Orientando as ações para a construção de um novo espaço público, do qual elas também fazem parte. Começaram a problematizar as ações e omissões de quem deveria defender, como os sindicatos e associações de classe, discriminações disseminadas pela imprensa e ensino, buscando mudanças dentro da estrutura sindical, da organização político-partidária e das próprias leis que regem os direitos civis. Esse processo culminou com a criação dos Conselhos da Condição Feminina e das Delegacias de Defesa da Mulher, inicialmente no Estado de São Paulo.

Já em 2007, foi proposto o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, no qual pode contribuir para o resgate e ampliação do debate acerca da igualdade de direitos de mulheres e homens nas escolas e na sociedade. Outro ganho do movimento feminista, em termos de política de Estado, que contribuiu para mudanças no que diz respeito à educação para a igualdade de gênero, foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, objetivando desenvolver ações conjuntas com todos outros Ministérios e Secretarias Especiais e apresentava como metas, a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. Apesar do

reduzido avanço, frente as conquistas que se almeja no cenário político, não se pode negar que a história de luta das mulheres revela êxitos.

Ainda em 2007, o Ministério da Educação e do Desporto, iniciou um processo de formação contínua para educadores e educadoras das escolas públicas estaduais, versando sobre Ética e cidadania: construindo valores humanos na escola, no qual as questões dos direitos e de gênero foram contempladas, buscando contribuir para mudanças no que se refere à educação em direitos humanos e sensibilidade à questão de gênero. No entanto o trabalho docente feminino, além de ser um processo regulador produzido pelo sistema capitalista, encontra-se engendrado por uma heteronormatização, no qual valoriza-se o masculino, acentuando-se controle via sistema social, sobre a vida das mulheres. E tal situação pode ser uma das explicações para a insensibilidade de educadoras e educadores a respeito da questão de gênero. Além do fato de os cursos de formação de educadoras/es não abordarem a temática. A profissão magistério de certo modo discrimina a mulher, na medida que não proporciona a reflexão necessária acerca da questão do “ser mulher” e da questão de gênero (BRABO, 2005).

A pesquisa tem por objetivo analisar as produções acadêmicas sobre igualdade de gênero nas escolas de ensino fundamental no Brasil, no período correspondente a 2003 a 2014, especialmente teses e dissertações, no banco de teses e dissertações da CAPES. A escolha por este período se dar por ter sido o momento brasileiro em que mais pautas feministas e de outros movimentos foram atendidas pelo Governo Federal, muito em função do modelo de gestão que se iniciava.

Este trabalho de abordagem qualitativa, é de natureza bibliográfica exploratória-descritiva, pois a medida em que tentará proporcionar maior familiaridade com o tema pesquisado, assumirá a forma de levantamento das produções acadêmicas sobre a temática. O material selecionado como fonte de pesquisa, são as teses e dissertações do banco da CAPES/BDTD, cujo mote é, políticas educacionais, questões de gênero no trabalho docente do ensino fundamental. Como instrumento a ser utilizado para obtenção das teses e dissertações, será realizado por mecanismo de metabusca (GIL,2010). A identificação e localização das produções acadêmicas, dar-se-á pela leitura exploratória, tendo como objetivo, verificar em que medida a produção acadêmica consultada interessa à pesquisa.

Deste modo, a pedagogia do movimento feminista, ainda é atual e necessária. Necessitando de investimento na formação de educadoras e educadores, mais sensíveis a questão de gênero, presente na política educacional. De acordo com contexto histórico brasileiro, nos baseamos nas epistemologias feministas pós-estruturalistas como Butler (2003), Rubin, (1993/ 2003), como também Foucault (1988/2013) para analisar os resultados das produções acadêmicas.

O conceito de gênero proporcionada por Judith Butler(2003) nos promove o entendimento da performatividade dos corpos, cujas relações de poder estão neles engendrados, revelando a necessidade de pensar o sistema sexo/gênero para além dos binarismos. A necessidade de educadoras e educadores estarem sensíveis a essa questão possibilitará uma prática educativa menos contributiva para uma sociedade misógina, machista e homofóbica, quando educadoras e educadores não se posicionarem binariamente em relação a existência humana.

Gayle Rubin (1993/2003) contribuirá para pensar a respeito da opressão das mulheres e a circulação de acordo com os ditames o Estado e dos sistemas econômicos. Sua teoria

possibilitará refletir sobre qual lugar da mulher neste intervalo entre 2003 a 2014, na visão dos educadoras e educadores.

Por último, Michael Foucault (1988/2013) contribuirá através do seu conceito de biopolítica para analisarmos como as práticas docentes contribuem para o governo dos corpos e de que forma essas práticas são produtoras de subjetividades.

Palavras chaves: Feminismo; educação; igualdade; gênero; escolas.

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. (2002) Gênero na Universidade, **Educação em Revista**, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, n.3, Marília, UNESP-Marília Publicações, pp. 73-78, 2002.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **A cidadania da mulher professora**, São Paulo, Editora Ícone, 2005.

_____. Educação e democracia: o papel no movimento feminista para a igualdade de gênero na escola, *ex aequo*, n.º 17, pp. 155-165, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental I**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 235 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 1 v.

_____. **Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 9 v.

GIL, Anonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

_____. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p.77-104, 2004.